

Nobel compara taxas do país a pena de morte

Joseph Stiglitz se diz otimista com governo, elogia gestões anteriores de Lula e ressalva que momento econômico mundial é mais difícil

Jeffrey Sachs: Brasil é punido por juros altíssimos, momento não é de austeridade fiscal

Por Lucianne Carneiro, Paula Martini e Caio Sartori — Do Rio

Valor, 21/03/2023

Prêmio Nobel de Economia e professor da Universidade Columbia, Joseph Stiglitz comparou a taxa de juros no Brasil a uma pena de morte, disse que os juros são chocantes no país e defendeu a redução da taxa já nesta reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). O economista se mostrou otimista sobre novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao mencionar as duas gestões anteriores de Lula - “muito bons economicamente, com redução de desigualdade” -, mas ressaltou que a situação mundial hoje é mais difícil.

No Brasil a convite do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), para participar de seminário promovido em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Stiglitz afirmou que manter a taxa de juros elevada é contraprodutivo e não funciona para coibir a inflação uma vez que as principais pressões hoje vêm de questões ligadas à oferta, como preços de petróleo, alimentos e desorganização da cadeia produtiva.

“A taxa de juros de vocês é realmente chocante. Os números de 13,75% [taxa Selic nominal] e 8% [juros reais] são o que vai matar qualquer economia. O impressionante é que o Brasil sobreviveu ao que é uma pena de morte. Surpreende é que vocês tenham sobrevivido”, disse. “A pergunta é onde estaria [o Brasil] se tivesse uma política monetária mais razoável. Diria que estaria com crescimento econômico muito maior.”

Questionado sobre o histórico de hiperinflação brasileira para a condução da política monetária, o Nobel de Economia disse que isso foi “há muito tempo, décadas atrás”. “Por quanto tempo [vai se falar da hiperinflação]? Em mil anos, vocês vão dizer ‘temos que lembrar da história’?”, perguntou ele, que minimizou possíveis influências de Argentina e Venezuela nesta preocupação com a inflação. O Brasil ainda tem inflação de demanda, apontam economistas.

Em seu discurso, Stiglitz mostrou otimismo com o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, lembrou a fama do Brasil como país do futuro, mas elogiou a mudança. Mais tarde, em entrevista, disse que a política econômica do governo anterior “era um desastre” e que a atual administração “herdou problemas” que não serão resolvidos da noite para o dia.

“É muito empolgante o que tem acontecido no Brasil. O Brasil tem sempre sido descrito como o país do futuro, mas o futuro continua passando para o futuro. Os tempos têm sido difíceis nos últimos anos. [...] Mas o clima intelectual hoje é bem diferente. [...] Estou muito otimista. Vocês estão começando de uma base baixa. A política econômica prévia era um

desastre. Qualquer um que olhe para a transição entre [Jair] Bolsonaro e Lula ficará muito otimista”, afirmou.

Stiglitz ressaltou que a situação mundial hoje é mais difícil do que nos dois primeiros mandatos de Lula. “E quando você tem um presidente anterior que foi especialmente ruim você herda problemas. E alguns [dos problemas] têm sementes profundas. O desmatamento e os problemas na Amazônia não vão se resolver da noite para o dia. As árvores não crescem da noite para o dia, os prejuízos são de longo prazo”, disse.

Sobre a atual situação bancária, Stiglitz disse que não é possível falar de crise por enquanto e classificou como turbulência financeira o colapso do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank e a aquisição do Credit Suisse pelo UBS.

Para Stiglitz, a turbulência é resultado de três fatores: desregulação financeira durante o governo de Donald Trump - que retrocedeu alguns dos avanços de regulação resultantes das consequências da crise financeira de 2008, segundo ele -, uma alta muito rápida da taxa de juros dos Estados Unidos pelo Federal Reserve (Fed, o BC americano) e a facilidade da tecnologia, que permite transferências de recursos “em microssegundos”.

“A combinação desses três fatores permitiu o cenário da atual turbulência financeira. Não é uma crise ainda porque são apenas bancos isolados. E acho que provavelmente vamos atravessar isso, mas obviamente é o suficiente para chamar interesse da imprensa e do mercado e para ser uma preocupação”, afirmou.

Jeffrey Sachs: Brasil é punido por juros altíssimos, momento não é de austeridade fiscal

Esse nível de juros, defendeu o professor da Universidade de Columbia, é um dos impedimentos ao investimento público

Por Lucianne Carneiro e Paula Martini, Valor — Rio

Valor 21/03/2023

Professor da **Universidade de Columbia** e diretor do Centro para o Desenvolvimento Sustentável, o economista **Jeffrey Sachs** defendeu nesta terça-feira que o Brasil é punido por **taxas de juros** altíssimas, fruto de **políticas de bancos centrais** que classifica como “muito difíceis de explicar”, e que o momento não é de **austeridade fiscal**, mas de aumento de **investimentos públicos**.

Ele participou, por transmissão em vídeo, do seminário “Estratégias de desenvolvimento sustentável para o século XXI”, promovido por Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na sede do banco, no Rio.

“O Brasil é punido por taxas de juros altíssimas, por políticas de juros altos do Banco Central, que acho que muito difíceis de explicar. A situação fiscal do Brasil é totalmente distorcida através de juros extraordinariamente altos”, disse o economista.

Na sua avaliação, essa política de juros altos não se deve à situação fiscal do país. Em seu discurso, citou que o nível de endividamento líquido – em torno de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) -, abaixo da média de países do G-7 (sete maiores economias do mundo) e dos Estados Unidos. Ele também disse que o endividamento público é baixo.

Ele se colocou a favor de redução da taxa de juros no Brasil, citando algo como “8%, 7%, 6%” e estimou que cada 1 ponto percentual (p.p.) de taxa de juros significa um gasto de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) com gastos com a dívida.

“Essas taxas poderiam cair significativamente, na minha visão. As taxas juros poderiam cair, não sei em que magnitude, mas talvez 8%, 7%, 6% até. Cada ponto percentual de juro de redução significa um gasto de 0,6% do PIB em gastos com a dívida”, afirmou.

Esse nível de juros, defendeu ele, é um dos impedimentos ao investimento público, porque os recursos públicos seguem para o pagamento de juros.

“Não é o momento para austeridade fiscal, mas de aumento dos investimentos públicos, significativo, principalmente com infraestrutura e capital humano. [...] Eu enfatizo isso porque é um dos impedimentos ao investimento público [juros altos] porque o financiamento está indo para pagamento de juros em vez de infraestrutura, saneamento, habitação, energia verde ou outros investimentos públicos de alta prioridade”, disse.